



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato nº.....⁴³...../2018, entre a
Universidade Federal de Pernambuco e a
empresa **Saniplan Engenharia e Serviços
Ambientais Ltda.**

A **Universidade Federal de Pernambuco**, CNPJ nº 24.134.488/0001-08, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, Recife, Pernambuco, representada pelo Magnífico Reitor, Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado, CPF nº 127.044.234-15, RG 1.065.220 SSP/PE, residente nesta cidade, doravante denominada **UFPE**, e a empresa **Saniplan Engenharia e Serviços Ambientais Ltda**, CNPJ nº 42.168.781/000178, com sede à Rua Vereador Joaquim de Castro, nº 39, Sala 02, Centro, Rio Bonito, RJ, CEP 28.800-000, Tel.: (21)3326-4454, E-mails: Eduardo@saniplanengenharia.com.br, comercial@saniplanengenharia.com.br, e contato@saniplanengenharia.com.br, representada pelo Sr. Eduardo Miranda Aviz Haddad, Diretor Técnico, CPF nº 024.751.677-50, RG nº 139.999-D CREA-RJ, residente à Rua General Joaquim Moreira Neves, nº 288, Aptº. 301, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.795-465, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com base na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, ajustam o presente contrato, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA 1ª. OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, segregação com caracterização analítica, tratamento e destinação final de resíduos químicos, CLASSE I (perigosos) fora de uso (passivo), identificados ou não e com prazo de validade vencido, gerados nas atividades acadêmicas do Campus Recife, Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão e Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, sob o regime de execução empreitada por preço unitário.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	FORMA DE APRESENTAÇÃO	DEMANDA GLOBAL ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
I	Serviço de coleta, transporte, segregação com caracterização analítica, tratamento e destinação final de resíduos químicos - CLASSE I (perigosos), identificados ou não, fora de uso ou com validade vencida	Kg	16.000	R\$ 10,00	R\$ 160.000,00

Ju

[Assinatura]

	(passivo). Nos 3 Campis da UFPE *,*,*,*				
--	---	--	--	--	--

***Campus Recife – UFPE** – Avenida Prof. Moraes Rego, 1235, Cid Universitária, Recife-PE, CEP 50.670-901.

****Centro Acadêmico de Vitória – UFPE** – Rua do Alto do Reservatório, s/n, Bela Vista, Vitória de Santo Antão, CEP 55.608-680.

*****Campus Acadêmico do Agreste – UFPE** – Rodovia BR 104, km 59, Nova Caruaru, Caruaru-PE, CEP 55.002-970.

CLÁUSULA 2ª. VINCULAÇÃO

Este Contrato está vinculado ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 140/2017**, de que trata o processo administrativo nº **23076.049844/2016-46**, promovido pela UFPE, aos seus anexos e à proposta da CONTRATADA, partes integrantes deste instrumento.

CLÁUSULA 3ª. VIGÊNCIA

O Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura do instrumento, podendo ser prorrogado, a critério único e exclusivo da Contratante, até o limite de 60 (sessenta) meses, com a devida justificativa e por termo aditivo.

Parágrafo Único. Havendo prorrogação do prazo de vigência, será aplicado reajuste anual de acordo com o IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro definido pelo Governo Federal.

CLÁUSULA 4ª. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS: ESPECIFICAÇÕES, ROTINAS E MEDIÇÕES

§ 1º. Os serviços objeto deste Contrato consistirão em coleta, transporte, segregação com caracterização analítica, tratamento e destinação final de resíduos químicos, CLASSE I (perigosos), identificados ou não e com prazo de validade vencido, gerados nos Centros Acadêmicos da UFPE,

Anexo II deste Contrato, adotando-se os requisitos regulatórios normativos aplicáveis:

- Política nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010;
- Política Estadual de Resíduos Sólidos - Lei Estadual nº 14.236, de 13 de dezembro de 2010;
- Resoluções Normativas do CONAMA;
- Normas da ABNT;
- Regulamentações ANTT;
- Recomendações da ABIQUIM;
- Normas internas de segurança e gestão ambiental da UFPE.

§ 2º. A descrição detalhada dos serviços a serem contratados consta do **Anexo I** deste Contrato;

§ 3º. Os cuidados a serem tomados para o recolhimento, transporte, segregação e destinação final dos resíduos, na forma de produtos químicos CLASSE I rejeitados ou materiais contaminados por esses, seguirão as orientações de caracterização e classificação conforme critérios da Norma ABNT, NBR 10004/2004 e outras relacionadas à sua aplicação, devendo atender ao disposto nas legislações nacionais, estaduais e municipais vigentes, que devem ser seguidas rigorosamente;

§ 4º. Também está contido no **Anexo V** do Edital, o DECRETO 96.044 de maio de 1988, da

Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

§ 5º. A quantidade estimada por unidade básica de medição dos serviços de coleta, transporte, segregação com caracterização analítica, tratamento e destinação final dos resíduos químicos, CLASSE I (perigosos), identificados ou não e com prazo de validade vencido, gerados nos campi da UFPE, será de até 32 toneladas de resíduos;

§ 6º. A execução dos serviços deverá ocorrer partir da emissão de ordem de serviço (OS), **Anexo IV** deste Contrato, sempre que for atingida a quantidade mínima de 8 (oito) toneladas (8.000kg) ou conforme solicitado pela contratante nas condições e exigências previstas nesse instrumento; a quantidade é estimada por unidade básica de medição dos serviços de coleta, transporte, segregação com caracterização analítica, tratamento e destinação final dos resíduos químicos, CLASSE I (perigosos), identificados ou não e com prazo de validade vencido, gerados nos campi da UFPE, segue o descrito abaixo:

Universidade Federal de Pernambuco	
Campus/Centro Acadêmico	Quantidade mínima para emissão de Ordem de Serviço (OS).
Campus Recife – UFPE – Avenida Prof. Moraes Rego, 1235, Cid Universitária, Recife-PE, CEP 50.670-901.	8 (oito) toneladas
Centro Acadêmico de Vitória (CAV) – UFPE – Rua do Alto do Reservatório, s/n, Bela Vista, Vitória de Santo Antão, CEP 55.608-680.	
Centro Acadêmico do Agreste (CAA) – UFPE – Rodovia BR 104, km 59, Nova Caruaru, Caruaru-PE, CEP 55.002-970.	

O recolhimento será nos três campi.

§ 7º. As quantidades correspondem ao peso (kg) dos resíduos químicos, fora de uso (passivo), identificados ou não e com prazo de validade vencido, armazenados, incluindo as suas embalagens, a serem coletados pela CONTRATADA mediante Ordens de serviços recebidas da Superintendência de Infraestrutura / Diretoria de Gestão Ambiental;

§ 8º. Todos os resíduos a serem recolhidos devem ser acondicionados em embalagens adequadas, pela contratada, conforme legislação vigente, e constando do Manifesto de Resíduos, **Anexo III** deste Contrato, necessário ao transporte, conforme determinações do **Anexo I** deste Contrato;

§ 9º. O valor em toneladas diz respeito ao peso dos resíduos químicos armazenados nas dependências da UFPE, incluindo as suas embalagens, deduzidos o peso dos tambores ou bombonas utilizadas para o transporte, além de qualquer material utilizado para proteção contra impacto no acondicionamento e será expresso na ordem de serviço, modelo do **Anexo IV**, emitida pela SINFRA - Diretoria de Gestão Ambiental, para a execução dos serviços contratados, especificando cada unidade acadêmica dos Campi da UFPE;

§ 10º. Cada recolhimento será motivado por Ordem de Serviço (OS), emitida pela Superintendência de Infraestrutura – Diretoria de Gestão Ambiental enviada à empresa CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento em um prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da OS;

José

AB

§ 11º. A CONTRATADA deverá coletar, transportar, segregar e tratar os resíduos em plantas de tratamento devidamente licenciadas, cumprindo programações previamente ajustadas para o recolhimento e entrega em horário administrativo normal (das 7h 30min às 12h30min e das 14h às 17h) em dias úteis;

§ 12º. Só poderão ser recolhidos pela CONTRATADA, resíduos após serem embalados adequadamente. Não serão coletados resíduos com características impróprias para recolhimento seguro. Deverão ser segregados para contratação de tratamento especial posterior;

§ 13º. Resíduos perigosos, CLASSE I, constituídos por resíduo do serviço de saúde e outros resíduos impróprios para disposição final por Aterros Classe I, ou ainda por incineração, não serão recolhidos, devendo ser objeto de contratação específica para tratamento especial;

§ 14º. Os resíduos deverão ser coletados e transportados em suas embalagens originais, ou ainda, reembalados pela contratada, em recipientes adequados, vedados e com proteção contra impacto, sem ônus adicionais para a contratante, atendendo à legislação vigente;

§ 15º. Os resíduos coletados e transportados deverão ser segregados com caracterização analítica, tratados e ter disposição ambiental plenamente em conformidade com a legislação vigente, devendo para isso serem previamente separados conforme suas características e composição química para que possam ser recebidos nas plantas de tratamento específicas, que deverão estar devidamente licenciadas, e emitir Certificados de Destinação Final, que deverão ser apresentados à UFPE juntamente com cada fatura emitida;

§ 16º. Após o recolhimento de cada lote de resíduos, quando solicitado pela UFPE, a CONTRATADA deverá emitir Certificado de Disposição final, relativo aos resíduos coletados na UFPE, evidenciando nesse registro a rastreabilidade da correta execução dos serviços contratados;

§ 17º. A empresa a ser contratada, deverá apresentar à contratante a ATRP (Autorização para Transporte de Resíduos Perigosos). Somente após a sua apresentação a UFPE autorizará o início da coleta dos resíduos;

§ 18º. Cada unidade a ser atendida será informada pela Superintendência de Infraestrutura, previamente, para organização dos resíduos segregados a serem coletados. Os resíduos identificados deverão ser acompanhados das informações disponíveis, contribuindo para o processo de caracterização analítica e definição de destinação final.

CLÁUSULA 5ª. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço global deste contrato é de **RS 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)**.

§ 1º. O pagamento será efetuado mediante depósito em conta bancária indicada pela Contratada, no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contado a partir da data final do período de adimplemento da OS e da data de apresentação da Fatura ou Nota Fiscal, devidamente atestada pela fiscalização;

§ 2º. Será necessária a constatação do exato cumprimento das obrigações da adjudicada e verificação da situação de regularidade da mesma perante o SICAF e ao TST, (através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

§ 3º. A Nota Fiscal ou Fatura deverá conter o detalhamento dos serviços executados e os respectivos quantitativos;



§ 4º. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas (§ 4º do art. 36 da IN SLTI nº 2/2008):

$I = (TX/100)$

365

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I – Índice de atualização financeira;

TX - Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM – Encargos moratórios;

N – Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP – Valor da parcela em atraso.

§ 5º. Uma vez apurado, no curso da contratação, que a Contratada acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a tributos não incidentes sobre a realização dos serviços contratados, a CONTRATANTE exigirá a imediata exclusão desses valores, com a consequente redução dos preços e reembolso de valores indevidos porventura pagos à mesma;

§ 6º. A fatura que for apresentada com erro será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo acima definido, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLÁUSULA 6ª. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários para atender as despesas decorrentes desta licitação são oriundos do **Programa de Trabalho**: nº 12.361.2080.20RK.0026 – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior – No Estado de Pernambuco; **Fonte de Recursos**: Tesouro/Próprio; **Natureza de Despesa**: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; de acordo com a LOA 2018 – Lei nº 13.587 de 02.01.2018, DOU de 03.01.2018.

Parágrafo Único. As despesas com a contratação que porventura ultrapassarem o exercício em curso estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual do exercício correspondente.

CLÁUSULA 7ª GARANTIA CONTRATUAL

Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas neste Contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, a Contratada/Cessionária prestará garantia na importância de **RS 8.000,00 (oito mil reais)**, equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do mesmo, no prazo estipulado no § 2º desta Cláusula.

§ 1º. O prazo máximo para apresentação dos comprovantes de prestação das garantias será de **10 (dez) dias úteis** contado da assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período, quando solicitado pela contratada/concessionária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela UFPE. Idêntico prazo será observado na prorrogação, alteração dor acréscimo ou reajuste contratual.

§ 2º. A garantia terá validade durante a execução do contrato e **3 (três) meses** após o término da vigência contratual, devendo ser renovada/atualizada ou reapresentadas, conforme o caso, a cada prorrogação, alteração ou reajuste contratual.

Y4

Ab3

§ 3º. A garantia será efetuada, a *critério da adjudicatária*, em uma das seguintes modalidades: a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública; b) seguro-garantia; c) fiança bancária.

§ 4º. **Títulos da Dívida Pública** oferecidos em garantia contratual deverá ser acompanhado de documento oficial probatório de sua autenticidade e de sua convertibilidade em moeda legal corrente, sendo aceitos os não prescritos. Somente serão aceitos Títulos da Dívida Pública Federal escriturais, registrados em sistemas centralizados de liquidação e de custódia, autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN, pelo valor econômico informado pelo Tesouro Nacional;

§ 5º. Quando a **garantia** for prestada **em dinheiro**, o depósito deve ser realizado obrigatoriamente na Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, tendo como beneficiária a UFPE;

§ 6º. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de (*Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 06, de 23/12/2013 e nº 04/2015, de 19 de março de 2015*):

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

§ 7º. Somente será aceito o seguro-garantia ou carta-fiança que contemple todos os eventos indicados no parágrafo acima, observada a legislação que rege a matéria (*Instrução Normativa nº 04/2015, de 19 de março de 2015*);

§ 8º. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação a cargo da contratada, inclusive indenização a terceiros, deverá esta proceder à respectiva reposição no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contado de quando for notificada pela UFPE, sob pena de infração contratual;

§ 9º. A inobservância do prazo fixado no § 1º., para apresentação da garantia acarretará a aplicação da multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

§ 10º. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a UFPE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispões os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

§ 11º. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada (*Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015*);

§ 12º. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

§ 13º. A garantia será considerada extinta:

- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e



b) Após 3 (três) meses do término da vigência do contrato, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;

§ 14º. Ocorrendo a rescisão unilateral e injustificada do contrato, a UFPE reterá a garantia prestada pela contratada e, após competente processo administrativo para apuração dos danos e prejuízos sofridos, ressarcir-se-á do valor apurado, inclusive o correspondente a multas aplicadas.

CLÁUSULA 8ª. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada, além do fornecimento dos equipamentos, mão de obra, EPI' s, EPC' s, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de coleta, transporte, segregação, tratamento e destinação final dos resíduos químicos, CLASSE I (perigosos), identificados ou não, fora de uso ou com validade vencida, estocados nos centros acadêmicos dos Campi da UFPE, exceto o Hospital das Clínicas, rigorosamente em acordo com a legislação vigente, obriga-se a:

§ 1º. Executar os serviços contratados em conformidade com a Cláusula 4º (descrição e rotina dos serviços) deste Contrato e o **Anexo I** deste Contrato, atendendo às Ordens de Serviços emitidas pela fiscalização da UFPE em um prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis após o seu recebimento, e atender às exigências Laudo Técnico de Insalubridade emitido pelo SEST – Setor de Saúde e Segurança do Trabalho da UFPE (**Anexo IV** do Edital).

§ 2º. Implantar, de forma adequada a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências da UFPE, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcialmente dos serviços objeto deste Contrato;

§ 3º. Selecionar, preparar e treinar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, além de indicar responsável, que atuará junto à fiscalização, devendo ser treinado e registrado nos órgãos competentes e estar em pleno uso de suas atribuições profissionais. O funcionário responsável da contratada atuará como preposto da mesma e deverá possuir qualificação superior à dos executores dos serviços e em nenhuma hipótese poderá acumular função executora;

§ 4º. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI' s, cumprindo todas as normas de segurança e higiene do trabalho, conforme legislações em vigor, e Laudo Técnico de Insalubridade emitido pelo SEST – Setor de Saúde e Segurança do Trabalho da UFPE (**Anexo IV** do Edital), bem como fornecer à contratante relação nominal dos empregados envolvidos nos serviços;

§ 5º. Manter durante toda a execução dos serviços, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

§ 6º. Manter registro nos órgãos de controle durante toda a execução dos serviços, bem como cumprir as exigências legais pertinentes;

§ 7º. Estar devidamente licenciada pelos órgãos de controle competentes: Licença no Conselho a que pertence a empresa e o seu responsável técnico (CREA ou CRQ); Licença de operação da empresa transportadora de resíduos, CLASSE I; Licença de Operação de empresa receptora de resíduos, CLASSE I, para tratamento e disposição final, atestados de capacidade técnica da empresa e do seu responsável técnico, devidamente registrados em órgão competente, por execução de

Y

AB-3

serviços semelhantes qualitativa e quantitativamente ao objeto deste Contrato;

§ 8º. Estar devidamente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do **Anexo I** da Instrução normativa do IBAMA 1, de 25/01/2013;

§ 9º. Possuir Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

§ 10º. Possuir Plano de Gerenciamento de Resíduos Perigosos, aprovado por órgão competente, nos termos da Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Decreto 7.404/2010;

§ 11º. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, conforme a Cláusula 4º deste Contrato;

§ 12º. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 horas. Caso haja necessidade de equipamentos elétricos, eles devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

§ 13º. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade;

§ 14º. Registrar e controlar, juntamente com o preposto da UFPE, a sua unidade básica de medição (kg), mensurando os serviços executados bem como as ocorrências havidas;

§ 15º. Fazer seguro de seus empregados, contra riscos de acidente de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços, conforme exigência legal;

§ 16º. Apresentar veículo qualificado para o transporte dos resíduos químicos, CLASSE I (perigosos), atendendo rigorosamente à legislação vigente;

§ 17º. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança patrimonial e ambiental da UFPE;

§ 18º. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela UFPE;

§ 19º. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados, acidentados ou com mal súbito;

§ 20º. Evitar situações que gerem inquietação ou agitação no local de execução dos serviços;

§ 21º. Responder pelos danos causados diretamente à UFPE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços;

§ 22º. Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o serviço, bem como as necessárias para a completa execução do mesmo;

Ju

AB

§ 23º. Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização da UFPE, através de seus órgãos de controle, promovendo fácil acesso aos serviços em prestação, bem como atender prontamente, as observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização;

§ 24º. Providenciar as faturas para serem atestadas pela fiscalização, acompanhadas de Declaração de que trata os resíduos recebidos com Memorial Descritivo das condutas adotadas, conforme legislação vigente, Relatório de Caracterização Analítica e Definição de Destinação Final e do Certificado de Disposição final, relativo aos resíduos recolhidos, além de comprovação dos recolhimentos necessários estabelecidos pela legislação em vigor;

§ 25º. Executar os serviços após o recebimento de Ordem de serviços (OS), em horário a combinar com a fiscalização, de forma que não interfira nas rotinas e no funcionamento regular das atividades da Universidade Federal de Pernambuco;

§ 26º. Visitar o local, antes da execução dos serviços, acompanhado pela fiscalização, a fim de verificar se foram tomadas todas as providências com relação à Segurança dos usuários, bem como a desobstrução de espaços caso haja necessidade;

§ 27º. Informar por escrito a cada unidade a ser atendida pelos serviços objeto deste Contrato, sobre os procedimentos a serem adotados na ocasião de sua execução;

§ 28º. Informar imediatamente à fiscalização, caso fortuito ou superveniente que venha a ocorrer, gerando a impossibilidade da realização dos serviços;

§ 29º. Apresentar PET – Plano de Atendimento de Emergência no Transporte e cópia da Licença de Operação Ambiental no Transporte de Resíduos, CLASSE I e Licença de Operação como empresa receptora de Resíduos, CLASSE I;

§ 30º. A contratada deverá recolher material com as fichas de emergência para os produtos, conforme modelo da NBR 7503 - Transporte terrestre de produtos perigosos - Ficha de emergência e envelope - Características, dimensões e preenchimento, conforme exigência da Agência Nacional de Transportes Terrestres ANTT 420, de 12/02/2004 e suas alterações, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos;

§ 31º. Solicitar Autorização para Transporte de Resíduos Perigosos ATRP, emitida pelo IBAMA, possibilitando o exercício de atividade de transporte interestadual (terrestre, marítimo e fluvial) de produtos perigosos, conforme IN 05, de 09 de maio de 2012 e suas atualizações;

§ 32º. Caso o transporte seja realizado dentro dos limites do estado, deverá seguir as regras editadas pelo respectivo órgão estadual do meio ambiente (CPRH), conforme Lei Complementar 140/2011;

§ 33º. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente contratação ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso. A UFPE quando fonte retentora descontará dos pagamentos que efetuar e recolherá nos prazos da Lei os tributos a que está obrigada pela legislação vigente.

CLÁUSULA 9ª. OBRIGAÇÕES DA UFPE

A UFPE obriga-se a:



§ 1º. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do serviço, por meio de servidores designados por Portaria de Pessoal, que atuarão junto à Diretoria de Gestão Ambiental da Superintendência de Infraestrutura e do preposto da Contratada, de modo a garantir o fiel cumprimento do serviço, em concordância com o Edital, seus **Anexos** e este Contrato que nortearão o processo licitatório;

§ 2º. Emitir ordens de serviços (OS), determinando a unidade acadêmica a ser atendida, que por sua vez deverá disponibilizar os resíduos a serem coletados, devidamente rotulados, caso identificados, para o processo de transporte, segregação com caracterização analítica, tratamento e destinação final dos resíduos químicos, CLASSE I (perigosos) fora de uso (passivo), identificados ou não e com prazo de validade vencido;

§ 3º. Fiscalizar a atuação da Contratada visando segurança ao manipular os resíduos a serem recolhidos, ou no desenvolvimento de atividades relacionadas aos serviços contratados em suas instalações;

§ 4º. Fiscalizar a embalagem dos resíduos recolhidos para que tenham acondicionamento seguro para o transporte, não permitindo o recolhimento em caso contrário;

§ 5º. Solicitar à CONTRATADA o PET – Plano de Atendimento de Emergência no Transporte e cópia da Licença de Operação Ambiental no Transporte e Tratamento de Resíduos Perigosos, atualizadas;

§ 6º. Acompanhar a pesagem dos resíduos recolhidos para efeito de totalização de faturamento, em balança credenciada para tal fim e elaborar relatório de coleta;

§ 7º. Solicitar à CONTRATADA, após o recolhimento de cada lote de resíduos, quando solicitado pela UFPE, o Relatório de Caracterização Analítica e Definição de Destinação Final e o Certificado de Disposição Final, relativo aos resíduos recolhidos na UFPE, evidenciando nesses registros a rastreabilidade da correta execução dos serviços contratados;

§ 8º. Orientar a contratada e os geradores dos resíduos da UFPE para atender às exigências do Laudo Técnico de Insalubridade emitido pelo SEST – Setor de Saúde e Segurança do Trabalho da UFPE (**Anexo IV** do Edital);

§ 9º. Acompanhar o preenchimento do manifesto de resíduos que deve acompanhar cada remessa de resíduos coletados, conforme modelo constante no **Anexo III** a este Contrato;

§ 10º. Efetuar os pagamentos devidos à contratada em decorrência da prestação dos serviços as condições previstas no Edital, deduzidas as multas, se houver;

§ 11º. Destinar local adequado para instalação e guarda dos equipamentos citados no Item 17 do Edital, caso seja necessário, bem como garantir o acesso da Contratada e de seu preposto aos locais de realização dos serviços;

§ 12º. Manter arquivada, junto ao processo administrativo ao qual estará vinculado este Contrato, toda a documentação a ele referente;

§ 13º. Providenciar a publicação resumida da Ata de Registro de Preços e de seus aditamentos, por extrato, no Diário Oficial da União.





CLÁUSULA 10ª. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

§ 1º. A gestão do contrato será efetuada pela servidora Edgleicy Maria Silva de Lima, SIAPE 2175397, CPF 072.591.004-60, e-mail; edgleicy.lima@hotmail.com, Telefone 2126-8076, lotada na Diretoria de Gestão Ambiental e fiscalizado pelos servidores, conforme quadro abaixo:

CAMPUS RECIFE
FISCAL - Vanildo Mendonça SIAPE 1132114, lotado na Superintendência de Infraestrutura - Diretoria de Gestão Ambiental.
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - CAV
FISCAL - Celso Gama Pessoa Silva SIAPE 48860, lotada no Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão.
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE - CAA
FISCAL - Henrique Sérgio Santos de Lira SIAPE 1854964, lotada no Centro Acadêmico do Agreste; email: hssdl@bol.com.br

§ 2º. Caberá ao Gerenciador/Gestor:

- Solicitar à contratada ou a seu preposto, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- Adotar registro documental de ocorrências de todas as não conformidades ao contrato, detectadas pela Fiscalização, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666 de 1993;
- Cumprir com as obrigações estabelecidas para a CONTRATANTE e que constam deste Contrato;
- Exigir da Contratada a correção das falhas verificadas, bem como a substituição de profissionais cuja conduta ou desempenho mostrem-se insatisfatórios;
- Recomendar à UFPE a aplicação das sanções contratuais que se tornarem cabíveis, pelo desatendimento ou descumprimento pela contratada das obrigações contratuais;
- Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do Contrato;
- Solicitar, se julgar necessário, assessoramento técnico, contábil e jurídico no intuito de garantir o cumprimento do objeto contratado;
- Liberação da fatura (nota fiscal) para pagamento após o ateste de serviços executados da fiscalização, vinculada a Ordem de Serviços;
- O gerenciamento será exercido no interesse da UFPE e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo se, quando destes for apurado ação ou omissão funcional, na forma e para os efeitos legais.

§ 3º. Caberá à Fiscalização:

- Emitir as ordens de serviços especificando o serviço e início da execução dos serviços, vinculando-as necessariamente a uma Nota de Empenho e acompanhada de roteiro/cronograma de implantação;
- Atuar junto ao preposto da Contratada, de modo a garantir o cumprimento do serviço de acordo com o Edital e seus anexos, com as propostas e demais elementos constitutivos do processo licitatório;
- Acompanhar a execução dos serviços definidos na Ordem de Serviços, **Anexo IV**, e condições técnicas contidas na Cláusula 4ª e **Anexo I** deste Contrato e as obrigações da Contratada;
- Cumprir com as obrigações estabelecidas para a CONTRATANTE e que constam deste



Contrato;

- e) Atender às exigências do Laudo Técnico de Insalubridade emitido pelo SEST – Setor de Saúde e Segurança do Trabalho da UFPE (**Anexo IV** do Edital), no que compete a UFPE;
- f) Solicitar à Contratada, ou obter da administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- g) Determinar correções ou adequações dos serviços junto à contratada quando couber;
- h) Adotar registro documental de ocorrências de todas as não conformidades ao Contrato, detectadas pela Fiscalização, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666 de 1993;
- i) Emitir relatório, por ordem de serviços, com os resultados alcançados relacionando-os, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- j) Comunicar imediatamente à Superintendência de Infraestrutura - Diretoria de Gestão Ambiental, os serviços em desconformidade com as exigências previstas;
- k) Recomendar à administração a aplicação de sanções contratuais que se tornarem cabíveis, pelo desatendimento ou descumprimento pela Contratada das obrigações contratuais e instruir o processo no caso de aplicação de penalidades;
- l) Atestar as faturas dos serviços para fins de pagamento após a medição e controle da qualidade dos serviços de acordo com as condições estipuladas neste Contrato, e em seus anexos;
- m) Encaminhar ao gerenciador da ARP a fatura (Nota Fiscal) atestada;
- n) Apresentar relatório ao final dos serviços executados com os resultados alcançados relacionando-os com os prazos de execução

CLÁUSULA 11ª. REAJUSTE CONTRATUAL

Este contrato será reajustado de acordo com a variação anual do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice definido pelo Governo Federal que porventura venha a substituí-lo, considerando a seguinte fórmula:

$$R = V \times \left[\frac{I - I_0}{I_0} \right], \text{ sendo:}$$

R = valor do reajuste procurado;

V = valor contratual dos serviços a serem reajustados;

I₀ = índice inicial: refere-se ao índice do mês correspondente à data de assinatura do contrato;

I = índice relativo ao mês de reajuste.

Parágrafo Único. Se na ocasião dos reajustes os índices não tiverem ainda sido divulgados, será aplicado o último índice disponível, procedendo-se ao correspondente acerto quando de sua divulgação oficial, ficando expresso que a contratante reconhecerá como dívida líquida, certa e exigível.

CLÁUSULA 12ª. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente Contrato poderá ser alterado, a qualquer tempo, com as devidas justificativas, nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

Parágrafo Único. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativas do objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado deste Contrato, durante a sua vigência.

CLÁUSULA 13ª. PENALIDADES

Pelo atraso, erro de execução, execução imperfeita, inexecução total ou parcial deste Contrato, ou descumprimento de qualquer cláusula ou condição nele contida, a **contratante** poderá, garantida a



prévia defesa, aplicar, conforme o caso, as seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa na forma estabelecida no § 2º desta cláusula;

III – Suspensão temporária de participar em processos licitatórios e impedimento de contratar com a UFPE, por um prazo não superior a **02 (dois)** anos (inciso III, Art. 87 da Lei 8.666 de 21/06/93);

IV - Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até **5 (cinco)** anos (Art. 7º da Lei 10.520 de 17/07/02);

V – Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o Contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º. As penalidades previstas nos *incisos I, III, IV e V do caput* poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no *inciso II do caput*, facultada a defesa prévia da **contratada**, com regular processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação.

§ 2º. Será aplicada multa, sem prejuízo de indenizar a **contratante** em perdas e danos, por:

I – Atraso na execução dos serviços: **0,2% (zero vírgula dois por cento)** sobre o valor global da proposta da **contratada**, por **dia**, durante o primeiro mês, e **0,3% (zero vírgula três por cento)** para cada dia dos meses subsequentes.

II – Recusa injustificada em retirar ou assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, inexecução total do Contrato ou se der causar a sua rescisão: **10% (dez por cento)** sobre o valor global da proposta;

III – Descumprimento outra condição ajustada: **0,2% (zero vírgula dois por cento)**, do valor do contrato.

§ 3º. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o Contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente (§ 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93);

§ 4º. No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de **1% (um por cento)** ao mês.

§ 5º. Além das penalidades citadas, a **contratada** ficará sujeita, ainda, às demais penalidades referidas no *capítulo IV* da Lei nº 8.666/93, no que couber.

§ 6º. Os atos administrativos de aplicação das sanções, inclusive rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA 14ª. RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento, podendo ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da UFPE, nos casos enumerados nos Incisos I a XII e XVII do artigo 78 da mencionada lei;




- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no Contrato, desde que haja conveniência para a UFPE;
- c) judicial, nos termos da Legislação vigente sobre a matéria.

§ 1º. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

§ 2º. A CONTRATADA reconhece os direitos da UFPE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº 8.666/93, bem quando:

- I – requerer concordata ou tiver decretada a falência;
- II – transferir, a qualquer título, o contrato ou as obrigações dele decorrentes, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da UFPE;
- III – suspender a execução dos serviços por prazo superior a dez dias consecutivos sem justificção e sem prévia autorização da UFPE;
- IV – acumular multas em valor superior ao da garantia apresentada.

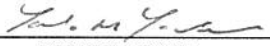
CLÁUSULA 15ª. FORO

O foro da Justiça Federal em Pernambuco é o competente para dirimir eventuais questões resultantes da execução deste contrato ou da interpretação deste instrumento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA 16ª. ANEXOS

Integram este Contrato os seguintes anexos: **ANEXO I** – Descrição e Rotina dos Serviços; **ANEXO II** – Relação dos Centros Acadêmicos a Serem Atendidos; **ANEXO III** – Modelo de Manifesto de Resíduos; **ANEXO IV** - Modelo de Ordem de Serviço.

E por estarem de perfeito acordo, assinam o presente Instrumento, na presença de duas testemunhas, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

 _____ UFPE Anísio Brasileiro de Freitas Dourado Reitor RG nº 1.065.220 SSP/PE	<p>Recife, <u>11</u> de <u>julho</u> de 2018</p>  _____ CONTRATADA Eduardo Miranda Aviz Haddad Diretor Técnico RG nº 139.999-D CREA-RJ
--	--

Testemunhas:

Nome 	CPF <u>022.760.977-08</u>
Nome <u>Paula Nery</u>	CPF <u>02932187276</u>

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/2017

DESCRIÇÃO E ROTINAS DOS SERVIÇOS

Todos os serviços descritos abaixo deverão atender ordens de serviços, contendo o peso estimado a ser coletado e as unidades acadêmicas a serem atendidas, emitidas pela contratante, UFPE, através da Superintendência de Infraestrutura, Diretoria de Gestão Ambiental, que deverão ser cumpridas em prazo máximo de dez dias úteis após o seu recebimento e os serviços acompanhados integralmente pela fiscalização, que realizará as medições do executado, e emissão de relatório de acompanhamento.

Considerando as normas expedidas pelo Ministério da Saúde e ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária – torna-se imprescindível o seu fiel cumprimento na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência. Todos os resíduos químicos a serem coletados, transportados e descartados, deverão estar lacrados, e os procedimentos de coleta feitos com a presença do responsável pela contratada e da fiscalização da contratante.

Os serviços objeto do Termo de Referência constarão de recolhimento, transporte, segregação com caracterização analítica, tratamento e destinação final de resíduos químicos, CLASSE I (perigosos), fora de uso (passivo), identificados ou não e com prazo de validade vencido, gerados nos Centros Acadêmicos da UFPE, adotando-se os requisitos regulatórios normativos aplicáveis:

- Política nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010
- Política Estadual de Resíduos Sólidos - Lei Estadual nº 14.236, de 13 de dezembro de 2010.
- Resoluções Normativas do CONAMA.
- Normas da ABNT.
- Regulamentações ANTT.
- Recomendações da ABIQUIM.
- Normas internas de segurança e gestão ambiental da UFPE.

Os cuidados a serem tomados para o recolhimento, transporte, segregação e destinação final dos resíduos, na forma de produtos químicos CLASSE I rejeitados ou materiais contaminados por esses, seguirão as orientações de caracterização e classificação conforme critérios da Norma ABNT, NBR 10004/2004 e outras relacionadas à sua aplicação, devendo atender ao disposto nas legislações nacionais, estaduais e municipais vigentes, que devem ser seguidas rigorosamente.

Também está contido no **ANEXO II** ao Termo de Referência, o DECRETO 96.044 de maio de 1988, da Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

ROTINAS

1. Os centros acadêmicos a serem atendidos pela contratação devem ser previamente visitados pela contratada para planejamento da logística de coleta, com acompanhamento da fiscalização da UFPE que ficará encarregada de informar aos geradores as datas e condições necessárias para que a coleta seja realizada.
2. Todos os resíduos devem estar devidamente rotulados, identificados e dispostos em local previamente indicado pela fiscalização do contrato em acordo com a contratada.
3. A quantidade mínima para coleta por unidade básica de medição dos serviços de recolhimento, transporte, segregação com caracterização analítica, tratamento e destinação final dos resíduos químicos, CLASSE I (perigosos), fora de uso (passivo), identificados ou não e com prazo de validade vencido, gerados nos campi Recife, Vitória e Caruaru da UFPE, segue o descrito abaixo:

Quantidade mínima para coleta:

Universidade Federal de Pernambuco	
Campus	Quantidade mínima para coleta
1. Recife	8 (oito) toneladas
2. Centro Acadêmico de Vitória (CAV)	
3. Centro Acadêmico do Agreste (CAA)	

OBS: O total deve perfazer um mínimo de 8 toneladas de resíduos, que irão compor um lote para coleta e transporte.

4. Cada coleta será motivada por **Ordem de Serviço (OS)** emitida pela **Superintendência de Infraestrutura– Diretoria de Gestão Ambiental**, que definirá os quantitativos e centros acadêmicos a serem atendidos. Será enviada à empresa **CONTRATADA**, que deverá fazer a coleta em um prazo máximo de dez dias úteis a contar da data de recebimento da OS.

5. Todos os resíduos a serem coletados devem ser acondicionados em **embalagens adequadas com proteção contra impacto**, pela contratada, conforme legislação vigente, e acompanhados do **Manifesto de Resíduos, ANEXO VII**, atendendo à legislação vigente.

6. O valor em toneladas diz respeito ao peso dos resíduos químicos acumulados nas dependências da UFPE, incluindo as suas embalagens, **deduzidos o peso dos tambores ou BOMBONAS utilizadas para o transporte, além de qualquer material utilizado para proteção contra impacto no acondicionamento** e será expresso na ordem de serviço emitida pela SINFRA / DGA para a execução dos serviços contratados, especificando cada unidade acadêmica dos Campi da UFPE a ser atendida. A fiscalização da UFPE, acompanhará a pesagem de todas as BOMBONAS ou tambores coletados e registrará em relatório de acompanhamento da execução do contrato.

7. A **CONTRATADA** deverá coletar, transportar, segregar e tratar os resíduos em plantas de tratamento devidamente licenciadas, cumprindo programações previamente ajustadas para a entrega e coleta, em horário administrativo normal (das 7h 30min às 12h30min e das 14h às 17h) em dias úteis.

8. **Só poderão ser coletados pela CONTRATADA, resíduos após serem embalados adequadamente, em BOMBONAS ou tambores vedados e com proteção contra impacto.** Não serão coletados resíduos com características impróprias para recolhimento seguro. Deverão ser segregados para contratação de tratamento especial posterior.

9. Resíduos perigosos, **CLASSE I**, constituídos por resíduo ambulatorial e outros resíduos impróprios para disposição final por Aterros Classe I, ou ainda por incineração, não serão coletados, devendo ser objeto de contratação específica para tratamento especial.

10. **Os resíduos deverão ser coletados e transportados em suas embalagens originais, ou ainda, reembalados pela contratada, em recipientes adequados, sem ônus adicionais para a contratante, caso seja necessário, atendendo à legislação vigente.**

11. Os resíduos, coletados e transportados deverão ser segregados com caracterização analítica, tratados e ter disposição ambiental plenamente em conformidade com a legislação vigente, devendo para isso serem previamente separados conforme suas características e composição química para que possam ser recebidos nas plantas de tratamento específicas, que deverão estar devidamente licenciadas, e emitir Certificados de Recebimento, que deverão ser apresentados à UFPE juntamente com cada fatura emitida, **Certificados de Destinação Final.**

12. **Após o recolhimento de cada lote de resíduos, a CONTRATADA deverá emitir um Certificado de Destinação final, relativo aos resíduos recolhidos na UFPE, evidenciando nesse registro a rastreabilidade da correta execução dos serviços contratados.**

YH

AB

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/2017

RELAÇÃO DOS CENTROS ACADÊMICOS A SEREM ATENDIDOS

***Campus Recife – UFPE –** Avenida Prof. Moraes Rego, 1235, Cid Universitária, Recife-PE, CEP 50.670-901.

****Centro Acadêmico de Vitória – UFPE –** Rua do Alto do Reservatório, s/n, Bela Vista, Vitória de Santo Antão, CEP 55.608-680.

*****Campus Acadêmico do Agreste – UFPE –** Rodovia BR 104, km 59, Nova Caruaru, Caruaru-PE, CEP 55.002-970.



ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/2017

MODELO DE MANIFESTO DE RESÍDUOS

MTR – MANIFESTO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUO PERIGOSO

NÚMERO:

1. GERADOR Razão Social: Universidade Federal de Pernambuco Endereço: Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235 - Cidade Universitária - Recife - PE Tel.: (81) 2126-8076						
2. DESCRIÇÃO DOS RESÍDUOS						
Fonte / Origem	Caracterização (nome, composição, odor, cor, etc.)	Estado Físico	Classif. Código	Quant. Total	Unidade Massa/Vol	Código ONU
		L/S			Kg	
3. TRANSPORTADOR Razão Social: Endereço: Tipo de equipamento de transporte:						
4. STTADE DESTINATÁRIO (STTADE = Sistema que trata, transfere, armazena ou dispõe os resíduos) Razão Social: Endereço: OBS.:						
5. Descrições adicionais dos resíduos listados acima:						
6. Instruções especiais de manuseio e informações adicionais (em caso de não entrega do resíduo especificar o no do MTR anterior)						
7. Certificação do gerador: Eu, por meio deste manifesto, declaro que os resíduos acima estão integralmente descritos pelo nome, classificados, embalados e rotulados seguindo as normas vigentes e estão sob os aspectos em condições adequadas para transporte de acordo com os regulamentos nacionais e internacionais vigentes.						
8. a) Gerador		NOME	ASSINATURA		DATA	
b) Transportador		NOME	ASSINATURA		DATA	
c) Instalação Receptora		NOME	ASSINATURA		DATA	
9. Instruções em caso de discrepância das indicações descritas deste manifesto:						
10. Instalação receptora: Certificação de recebimento do material perigoso descrito neste manifesto, exceto quando ocorre o especificado no item 9.						
NOME		ASSINATURA		DATA		
OBS.: Preencher em 5 vias – 1ª STTADE – 2ª TRANSPORTADOR – 3ª GERADOR – 4ª ÓRGÃO CONTROLE AMBIENTAL – 5ª CONTROLE GERADOR						

fu

16.3

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/2017

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE GESTÃO AMBIENTAL
GERÊNCIA DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Ordem de Serviço nº xx/2018

Recife, xx de junho de 2018.

Empresa: SANIPLAN ENGENHARIA E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

Contrato nº xx/2018

Pregão Eletrônico nº 140/2017

Nota de Empenho nº XXXXXX/2018

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE, ATRAVÉS DO FISCAL DO CONTRATO Nº XX/2018, O Sr XXXXXX XXXX, Siape nºXXXXXX, VEM AUTORIZAR A EMPRESA **SANIPLAN ENGENHARIA E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA** a realizar os seguintes serviços:

Item da Licitação	Serviços	Qtde. (em kg)	Preço Unitário	Valor
01	Serviços de recolhimento, transporte, segregação com característica analítica, tratamento e destinação final de resíduos químicos – CLASSE 1 (perigosos), identificados ou não, fora de uso ou com validade vencida (passivo) nos 03 Campis da UFPE.			

DEVERÁ CONSTAR OBRIGATORIAMENTE, NO CORPO DA NOTA FISCAL, O Nº DA O.S., DADOS BANCÁRIOS (se possível Banco do Brasil), E O Nº DESTE PROCESSO.

PARA PAGAMENTO, ANEXAR OBRIGATORIAMENTE, UMA CÓPIA DESTA ORDEM DE SERVIÇOS E SÓ SERÃO ACEITAS NOTAS FISCAIS DE SERVIÇO.

A nota fiscal deverá ser emitida em favor da UFPE

- Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

- End.: Avenida Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária - Recife - PE

- CEP.: 50.670-901 – CNPJ nº.: 24.134.488/0001-08 - INSC. ESTADUAL: ISENTA

- FONE: (081) 2126-8076

- LOCAL DE SERVIÇO: CAMPUS UNIVERSITÁRIO, RECIFE/PE.

Fiscal do Contrato nº XX/2018

SANIPLAN ENGENHARIA E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Y-4
AB